



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6728 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

**ANÁLISE DA PONTUAÇÃO SOBRE TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM CONCURSOS PÚBLICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: AMOSTRA DA REGIÃO NORTE.**

Mateus Alencar Nickel - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**ANÁLISE DA PONTUAÇÃO SOBRE TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM CONCURSOS PÚBLICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: AMOSTRA DA REGIÃO NORTE.**

O trabalho apresenta amostra regional pertencente a projeto que objetiva analisar a importância da pontuação sobre tempo de trabalho progressivo docente em seleções dos Institutos Federais de Educação (IFs). Retrospectivamente, em 2017 e 2019, levantou-se amostra nacional de editais que contemplassem o cargo de professor de ensino básico compatível com titulação de Licenciado em Música nas redes estaduais e municipais brasileiras durante os últimos 10 anos. Em geral, foram encontradas conclusões semelhantes: os editais baseavam-se em mesma estratégia avaliativa, onde a pontuação média sobre experiência profissional representava apenas 2% de média geral nas seleções estaduais e 1% nas municipais, indicando uma série de mecanismos que desprestigiam a experiência do professorado.

Objetivando completar quadro relativo ao ensino público de formação básica, mostrou-se oportuno levantar seleções pertencentes à rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico, representada pelos Institutos Federais de Educação (IFs): instituições que também oferecem educação básica em sua estrutura, tendo em vista que parte de seus cursos técnicos são concomitantes ou integrados ao ensino médio. Assim, no comparativo de seleções, pode-se entender melhor as diferenças avaliativas entre as organizações. Bem como, trabalhamos com hipótese de que, nos IFs, as avaliações podem apresentar contornos diferentes: tendo em vista a aplicação de provas de desempenho didático e participação do corpo docente nas seleções.

Metodologicamente, destacou-se, de estudo nacional em finalização, último concurso público contendo nomenclatura de cargo supracitado nas sete páginas de concursos dos IFs pertencentes às capitais da região Norte, onde foram encontrados cinco seleções (exceções à IFAM e IFTO). Justifica-se a escolha, tendo em vista que, geralmente, os Institutos localizados nas capitais apresentam maior historicidade e discussão relativa à seleção docente na região. Já, a observação de dados seguiu padronização utilizada em trabalhos anteriores.

Segundo análise, os certames apresentam estrutura semelhante: prova objetiva ou dissertativa como ferramenta selecionadora de candidatos para a avaliação de Desempenho Didático e complementação de pontos via exame de títulos, algo já identificado pelo senso-

comum profissional e citado em outros trabalhos (CRUZ; VITAL, 2014).

Relativo às etapas seletoras para a prova de desempenho didático, encontra-se preferência pela avaliação objetiva: fato alarmante, principalmente quando, indicamos críticas à essa forma avaliativa em trabalhos anteriores, classificada como: limitante, conteudista, de memorização e “sem articulação entre conhecimentos da área e a prática docente” (GATTI; NUNES, 2009, p. 90). Na etapa dissertativa, visualiza-se metodologia arcaica de produção textual, resumida em manuscritos com pouco tempo de produção e falta de estrutura compatível com o requerido. Onde, ressaltamos falta de estudos específicos sobre a etapa, dificultando a discussão do tema.

Fato a ser destacado trata da convocação para prova de desempenho didático segundo múltiplo de vagas prevista em edital (geralmente 5 candidatos para cada vaga), não levando em consideração a distância de pontos entre os demais concorrentes. Visualiza-se, nessa metodologia, prejuízo àqueles candidatos que apresentam tempo de experiência docente, mas ficaram fora da zona de convocação por alguns décimos, não tendo a possibilidade de pontuação por tempo de trabalho.

Nota-se que a prova de desempenho didático baseia-se na emulação de aula, tendo em vista pouco tempo e situação diferente ao requerido e “não parece se constituir em uma simulação de uma aula, pois, é muito comum estar ausente desse espaço um ator fundamental, o aluno” (SIQUEIRA *et al.*, 2012, p. 742), onde não se expõe o candidato ao processo de interação comum em aula, avaliando-se apenas o processo pedagógico pelos pares.

Relativo à etapa de Títulos, visualiza-se falta de padronização nos certames indo desde uma pequena tabela (IFRR), até uma avaliação contendo várias páginas (IFPA). A pontuação sobre titulação acadêmica apresenta destaque em comparação ao tempo de experiência progressa. Os IFs inovam ao apresentar uma série de subdivisões que acabam por diminuir o espaço de pontuação para tempo de trabalho docente em educação básica: pontuação de titulação acadêmica sem relação com o cargo pretendido e subdivisão da etapa experiencial entre magistério básico e superior, dando destaque ao segundo.

Concernente à pontuação sobre experiência docente progressa, ressalta-se que apenas o IFAC concede escore para tempo de trabalho em ensino fundamental. Os demais IFs somente disponibilizam pontos para o período laboral em ensino médio e superior. Essa abordagem demonstra que para essas instituições, o tempo de dedicação, experimentação e reflexão do 1º ao 9º ano tem pouca importância. Visualiza-se média geral de pontuação sobre tempo de trabalho progressa de apenas 1% para docentes de ensino fundamental e 3% para profissionais com experiência em ensino médio e superior. Tendo em vista que o período de vida profissional pode chegar a 40 anos, consideramos esse escore como irrisório.

Assim, mantemos o diagnóstico presente em investigações anteriores, indicando que trabalhar em educação básica, isto é, adquirir experiência profissional, parece ser algo irrelevante para quem deseja ingressar na carreira docente do IFs da região norte. Fato que vai de encontro à percepção do professorado, onde, ao serem entrevistados, indicam em primeiro lugar a experiência, e não os estudos universitários, como elemento qualificante no desempenho laboral (LESSARD *et al.*, 1984 *apud* GAUTHIER, 1998).

Referente à discussão com nossos referenciais bibliográficos, nota-se que os certames baseiam-se numa concepção aplicacionista (TARDIF, 2014) e/ou de racionalidade técnica (SCHÖN, 1982), onde visualiza-se “ênfase dada aos conhecimentos específicos em detrimento aos conhecimentos didático-pedagógicos, perpassando diferentes etapas dos certames” (CRUZ; VITAL, 2014, p. 37); já a reflexão sobre o desempenho laboral

apresentam-se desvalorizados. Assim, concordamos com Vital e Cruz (2013, p. 8) ao indicar que os IFs optam “por um perfil de pesquisador muito semelhante ao perfil do magistério superior”, mesmo que esse profissional leccione disciplinas relativas ao ensino médio.

**Palavras-chave:** Experiência Docente; Concurso Público Docente; Institutos Federais de Educação..

## REFERÊNCIAS

CRUZ, S. P. DA S.; VITAL, T. R. D. S. A construção da profissionalidade docente para a educação profissional: análise de concursos públicos para docente. *HOLOS*. v. 2, n. 30, mar. 2014. p. 37–46.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GAUTHIER, C. *Por uma Teoria da Pedagogia: Pesquisas Contemporâneas Sobre o Saber Docente*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

SCHÖN, D. A. *The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action*. [s.l.] Basic Books, 1982.

SIQUEIRA, E. S. *et al.* Seleção de Docentes em Universidades Federais: uma análise dos regulamentos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. v. 20, n. 77, dez. 2012. p. 725–748.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

VITAL, T. R. DA S.; CRUZ, S. P. DA S. A construção da profissionalidade docente para a educação profissional: análise de concursos públicos para docente. *In: Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2013. Disponível em: . Acesso em: 4 ago. 2020